

MÉDICOS E A REVOLTA DA VACINA

Jorge Augusto Carreta

Doutor em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP e professor da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas.

Endereço para correspondência:

Rua Tenente Gonçalves Meira, 171, apto. 94

CEP: 13026-306 Campinas - SP

E-mail: jorgecarreta@yahoo.com.br

Recebido em 05/2009. Aceito em 06/2009.

A hipótese genial do *microzima*
Me estrangulava o pensamento guapo,
E eu me encolhia todo como um sapo
Que tem um peso incômodo por cima!
(Augusto dos Anjos, "As cismas do destino", 1912)

A presença das idéias de Antoine Béchamp no Brasil

Pierre Jacques Antoine Béchamp (1816-1908) era professor de química médica e farmácia na Faculdade de Medicina de Montpellier. Foi oficial da instrução pública e cavaleiro da Legião de Honra da França. Publicou vários trabalhos nos *Comptes Rendus Hebdomadaires des Séances de l'Académie des Sciences de Paris*. A teoria de microbiana de Béchamp, que negava a teoria pasteuriana das doenças, ficou conhecida por "pleomorfismo", por considerar que durante seu ciclo vital um organismo pode ter mais de uma forma. Ele aceitava a existência dos microorganismos, mas afirmava que estes poderiam passar por diferentes estágios durante seu ciclo de vida (vírus, bactérias, fungos etc.). No sangue humano existiriam as "microzimas", micróbios que teriam um papel importante na manutenção do equilíbrio fisiológico. Essas microzimas poderiam se transformar em bactérias ou outros microorganismos em condições especiais. As moléstias não seriam devidas à invasão de agentes externos patogênicos, mas de um desequilíbrio no ambiente corporal, o que poderia transformar as microzimas em micróbios causadores de doenças.

Béchamp é um personagem pouco conhecido e mencionado na literatura sobre a microbiologia. No Brasil poucos trataram dele. O artigo mais recente, assinado por Renata Rivera e Roberto Martins, foi publicado em 1995 (RIVERA e MARTINS, 1995). Na década de 1950, Julio Ximenes escreveu *Béchamp versus Pasteur: suas idéias e suas lutas* (1957).¹ As obras estrangeiras são mais numerosas. A mais conhecida é a de Ethel Douglas Hume, *Béchamp or Pasteur: A Lost Chapter in the History of Biology*, editada pela primeira vez em 1923 e que faz uma defesa apaixonada e proselitista de opositor de Pasteur.² Encontrei referência a apenas três livros escritos por Béchamp: *Lettres historiques sur la chimie* (1876), *La nature parasitaire de maladie actuelle des vers à soie et M. Pasteur* (1867), e *The Blood and Its Third Anatomical Element: Application of the Microzymian Theory* (1911), este escrito pouco antes de sua morte. O livro de Hume traz uma lista de seus principais trabalhos publicados em periódicos.

O químico de Montpellier envolveu-se em várias controvérsias com Pasteur. Entre elas a da pebrina, doença dos bichos da seda, relatada por Rivera e Martins (1995). Como ressaltam estes autores, Pasteur sempre foi tido como o formulador da moderna teoria microbiana das doenças. Seus biógrafos, como Vallery-Radot, trataram de perpetuar essa versão. Segundo este, o estudo da pebrina, doença dos bichos da seda, teria sido determinante na formação da teoria parasitária. Ela seria uma consequência direta dos experimentos anteriores de Pasteur com as fermentações. Vallery-Radot fala num método experimental próprio de Pasteur, que consistia em isolar os germes e criá-los em meios de cultura, o que possibilitaria descobrir as causas das doenças e os meios de combatê-las. Contudo Martins e Rivera desmentem essa interpretação, mostrando que Pasteur, inicialmente, não acreditava na teoria microbiana, enquanto Béchamp, à mesma época, defendia que a pebrina era de causa parasitária.

Apesar da análise das fontes feita por Rivera e Martins indicarem que Pasteur não foi o grande descobridor da teoria parasitária, e em alguns momentos até se opôs a ela, o episódio da doença dos bichos-da-seda passou para a sua

¹ Nas primeiras décadas do século XX encontrei outros dois personagens que advogavam as idéias de Béchamp: AGLIBERTO XAVIER, que publicou o livro *Da Fermentação - Theoria microbiana* (1907) e o dr. Abelardo Alves Barros, que defendia a teoria microzimiana nos anos 1920 e 1930.

² HUME também publicou *An Introduction to Antoine Béchamp* e *Béchamp or Pasteur: The Myth of Pasteur's Germ Theory* (1991). Outros autores que escreveram sobre Béchamp: AURORE VALERIE (*Béchamp et l'évolution européenne*, 1958 e *De Bechamp à Lazzaro Spallanzani: essai d'histoire des phénomènes d'oxydation dits de combustion*, 1963), MARIE NONCLERQ (*Antoine Béchamp, 1816-1908: l'homme et le savant: originalité et fécondité de son œuvre*, 1982), WALENE JAMES (*Immunization: The Reality Behind the Myth.*, 1988). Há ainda um artigo de Phillipe Decourt, citado por RIVIERA e MARTINS: "Sur une histoire peu connue: la découverte des maladies microbiennes - Béchamp et Pasteur" (1972). Este autor escreveu o prefácio do livro de Marie Nonclercq.

biografia como o início de seus estudos microbianos, o que faria a ponte entre as suas pesquisas sobre as fermentações e as doenças contagiosas, como quer Vallery-Radot (VALLEY-RADOT, 1926 apud RIVERA e MARTINS, 1995: 114-115).

Mas as controvérsias entre os dois cientistas não pararam por aí. Paralelamente ao desenvolvimento da teoria pasteuriana (pois Pasteur terminou por aceitar a teoria parasitária), Béchamp também construiu sua explicação sobre as causas das doenças que afligiam o homem. Ao longo dos anos 1870 diversas polêmicas opuseram os dois. Não cabe aqui detalhar cada uma delas, apenas delinear os contornos daquela que talvez seja a mais conhecida.

Em linhas gerais, Pasteur associava a cada doença um germe específico, externo aos tecidos e ao sangue. O micróbio teria estruturas imutáveis, o que levou os opositores de Pasteur a classificar sua teoria de “monomorfista”. Os defensores mais exaltados de Béchamp acusam Pasteur de ter usurpado e distorcido os trabalhos de seu compatriota. Rivera e Martins mostram que Pasteur ignorou os estudos de outros cientistas, além de provavelmente ter contado com a ajuda política da Academia de Ciências de Paris, cujo presidente à época da polêmica sobre pebrina, Jean-Baptiste Dumas (1800-1884), era seu protetor. (RIVERA e MARTINS, 1995: 168) Mas há sem dúvida parcialidade e exagero nos trabalhos que, tais como o de Ethel Douglas Hume, acusam Pasteur de ter sido um rematado impostor.

As idéias de Pasteur ganharam muitos adeptos no Brasil. Durante o século XIX foram intensos os debates sobre estas idéias, que geraram calorosas polêmicas entre os médicos e cientistas nacionais.³ Embora menos visíveis, os pressupostos da teoria de Béchamp também encontraram adeptos entre nós. É sabido que D. Pedro II manteve correspondência com Pasteur e chegou a convidá-lo para estudar a febre amarela no Rio de Janeiro, doença que assolava periodicamente a cidade. Ele foi condecorado com a Ordem da Rosa, no grau de Comendador, uma das comendas mais importantes do Império. Curiosamente, Béchamp também recebeu a mesma distinção, mas no grau de Cavaleiro (inferior a de Comendador). Ela foi concedida em 1872, por ocasião do retorno de Suas Majestades Imperiais de sua primeira viagem à Europa.⁴ Isso pode indicar que o imperador conhecia as idéias de Béchamp e tinha por elas alguma consideração.⁵ O professor de Montpellier teria

³ Ver sobre o assunto BENCHIMOL, 2001 e CARRETA, 2006.

⁴ Este documento do Ministério dos Negócios do Império, datado de 26 de dezembro de 1872, encontra-se no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro catalogado sob o código de referência BR.AN.RIO 69.

⁵ Nos diários de D. Pedro II há uma breve menção a Béchamp em 19 de julho de 1891. O monarca, destonado em 1889 pela proclamação da República, amargava o exílio na Europa. Este trecho do diário foi escrito em Vichy, França, enquanto tratava de sua diabetes e de um calo inflamado, e indica que ele acompanhava a vida científica européia. Ao assistir uma missa rezada por um clérigo de Montpellier, lembrou do cientista: “Disse-a [a missa] l’abbé [abade] Morlieux, seminarista de Montpellier. Lembrei-me do nome do

doado uma coleção de suas obras ao monarca brasileiro, segundo o dr. Abelardo Alves Barros, um dos divulgadores das idéias de Béchamp nas décadas de 1920 e 1930.⁶

Certamente as idéias de Béchamp circulavam nos meios intelectuais e acadêmicos. Em 1903 o dr. Alfredo Egydio de Oliveira defendeu sua tese de doutoramento na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Intitulava-se *Micróbios e Microbiologistas* e foi claramente influenciada pelas idéias de Béchamp. Ela provavelmente fez parte do conjunto das primeiras teses (se não for a primeira) apresentadas a partir da matéria da cadeira de bacteriologia, criada em 1901. Já na apresentação o autor modestamente alerta que “não se trata de uma crítica científica ou coisa que o valha; a isto não nos abalancamos. É apenas uma ligeira apreciação das teorias sobre as quais parece repousar a medicina.” (OLIVEIRA, 1903: 1) Ele parecia assumir uma posição aparentemente equilibrada, aceitando a existência dos micróbios e da ciência que os estuda, a microbiologia, mas condenando os seus “exageros”. Em seu texto, o dr. Oliveira procurou pôr em relevo aquilo que considerava “as vacilações dos microbiólogos na interpretação dos múltiplos e complicados problemas patológicos”.

O equilíbrio exibido inicialmente logo desaparece e aos poucos vão surgindo os “pontos vulneráveis tão evidentes da teoria microbiana”:

“O micróbio patógeno substituiu ao mistério de outrora... Nunca uma doutrina achou tão fácil triunfo!... Porém, esse triunfo durou como duram as rosas (...). *Felix qui potuit rerum cognoscere causas* [Feliz quem pode conhecer as causas das coisas]. E como não ser assim, se a doutrina não se apóia na verdadeira ciência?” (OLIVEIRA, 1903: 9)

Segundo as idéias de Béchamp, ele colocava em dúvida se eram realmente os micróbios que causavam as doenças, pois no corpo humano havia vários deles que eram inócuos, só se tornando patogênicos devido a alguma alteração interna do corpo. Os microorganismos teriam um papel secundário e as doenças seriam resultado de um mau funcionamento do organismo. Segundo Oliveira, “o que nos faz viver é também o que nos faz morrer”. Não seria possível, desse modo, atribuir aos micróbios externos ao corpo o papel de causadores das doenças.

professor da faculdade de Ciências de Montpellier Béchamp que eu sabia, como me disse o abbé, fora para Lille”. (BEDIAGA, 1999)

⁶ Segundo BARROS, essas obras encontrar-se-iam na biblioteca da imperatriz Thereza Cristina e, mais tarde, elas foram transferidas para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ainda não consegui localizar essa coleção. Segundo o Museu Imperial de Petrópolis, a biblioteca do imperador foi dividida entre a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). (BARROS, 1938: 9)

O doutorando também desdenhava das teorias da fagocitose de Ilya Metchnikoff (1845-1916), laureado com o Prêmio Nobel de Medicina de 1908.⁷ Julgava “fantasmagóricas” as proposições do cientista russo, que esboçava as primeiras explicações sobre o funcionamento do sistema imunológico. E, para reforçar seu ponto de vista, citava a opinião que Koch teria emitido em 1890 em um congresso realizado em Berlim:

“Parece de mais a mais certo que a concepção de fagocitose, de uma sorte de luta entre os parasitas de um lado, os fagócitos defensores do organismo de outro, perde terreno; parece que as ações químicas gozam provavelmente aqui o papel principal”. (OLIVEIRA, 1903: 15)

Na verdade, Oliveira estava expressando uma dificuldade presente nos debates sobre bacteriologia do final do século anterior: a de se associar a uma doença um micróbio específico. Também havia vacilação na hora de explicar o mecanismo íntimo de produção da doença: o que o micróbio fazia exatamente dentro do corpo? O autor se ressentia dos ares de quase religião que a microbiologia estava tomando:

“A tal altura elevaram o micróbio, exageraram-lhe tanto as funções, que o espírito médico se deixou empolgar pela Bacteriologia. Bactéria aqui, bactéria ali, bactéria por toda parte! Ao público diariamente revela-se que tal moléstia após tal outra é parasitária; que ‘existem bactérias capsuladas da saliva que fazem o bem na boca e o mal nos pulmões’. A cada moléstia, pois, deveria corresponder um parasita”. (OLIVEIRA, 1903: 17)

E aos microbiologistas o autor atribuíra uma grande parcela de culpa pelo descrédito em que se encontrava a medicina e pelo envolvimento de leigos e profanos que acabavam decidindo, às vezes com mais acerto do que os médicos, sobre as questões de saúde. Os métodos da bacteriologia também eram questionados. As experiências com animais, de acordo com Oliveira, não seriam suficientes para provar a eficiência de soros em vacinas em seres humanos. As culturas, feitas a partir do meio orgânico vivo nada provariam, pois os micróbios lá presentes poderiam ser um efeito e não a causa da moléstia.⁸

⁷ Os fagócitos são células do sistema imunológico que ingerem e digerem corpos invasores. Esse processo é chamado de fagocitose.

⁸ Sobre as “ptomaínas”, toxinas que as bactérias pretensamente produziram, Oliveira dizia que elas eram fabricadas pelo próprio organismo no processo vital. A incapacidade de eliminá-las produzia os desequilíbrios orgânicos ou doenças. (OLIVEIRA, 1903: 47)

No seu empenho em provar a falsidade da teoria microbiana, Oliveira citava o exemplo de Pettenkofer, que engoliu o bacilo do cólera e não contraiu a doença, o que atestaria que ela não era causada por um micróbio. Mesmo as recomendações sobre assepsia na cirurgia eram para ele excessivas; bastava manter as condições de asseio, pois não seriam os microorganismos os responsáveis pela supuração de feridas e cortes. Assim, as cautelas exageradas dos cirurgiões “devem ser levadas mais à conta da ilusão que os domina, que do terror infundido pelos micróbios da atmosfera, pois se verdade fosse que estes são tão perigosos como pinta a bacteriologia, há muito que a terra estaria despovoada”. (OLIVEIRA, 1903: 22)

E a tese segue adiante, enumerando os “arranhões da doutrina”. Por exemplo, a falsidade do bacilo de Koch, que supunha a necessidade do germe preexistente, não percebendo que o próprio organismo gerava as condições para o desenvolvimento da doença e, se havia o germe, ele era produzido por essas condições específicas. Por consequência dessas idéias errôneas, a vacina que Koch produziu (a tuberculina, um extrato de glicerina com o bacilo) teria sido um “desastre” completo, pois matara alguns pacientes que a receberam.

Para Oliveira, todas as doenças associadas aos micróbios não teriam origem externa, mas no próprio meio doente. Assim, aquilo que os microbiologistas viam ao microscópio eram consequências de alterações internas. As bactérias seriam produtos da modificação patológica e não a sua causadora. Isso valeria para a lepra, cólera, sífilis, tuberculose e febre amarela. A este mal deu um destaque especial, ridicularizando as teorias de Freire, Lacerda e Sannareli.⁹ Sobre a hipótese transmissão por meio do mosquito, que ganhava corpo naquele momento, tinha opinião igualmente desfavorável.

A opinião sobre a vacina como meio profilático era o corolário dessa concepção: se não há mal criado por agentes externos, não haveria motivo para se introduzir no corpo elementos estranhos que supostamente criariam imunidade. Na verdade, segundo os partidários de Béchamp, a vacina poderia ser nociva, visto que contribuiria para alterar o equilíbrio corporal e, portanto, provocar doenças.

Para terminar, reivindicou para a sua teoria a filiação direta com os princípios de Claude Bernard (1813-1878), médico francês expoente da medicina experimental, e condenou aqueles que, em nome do método experimental, tinham proclamado a dependência da patologia das “sutilezas” da microbiologia:

“Desta deplorável subordinação do espírito médico aos caprichos da Microbiologia, resultou essa série de preconceitos que gravitam em torno da Medicina, estorvando-

⁹ Sobre as teorias destes cientistas brasileiros sobre a febre amarela ver BENCHIMOL (2001).

lhe a marcha e arrastando médicos instruídos a conceber teorias que, por não se adequarem aos fatos, ainda mais contribuem para pôr em relevo a dificuldade que eles experimentam na elucidação dos múltiplos problemas da patologia. É verdade que do seio dos mais altos representantes da Medicina emergiram clamores contra essas teorias arrevesadas que, além de fonte perene de discussões improficuas, impelem os espíritos *numa direção que nada de comum tem com a ciência*". (OLIVEIRA, 1903: 50, grifos do autor)

Em resumo, Oliveira considerava a bacteriologia um repositório de mitos e fantasias pertencentes ao terreno da metafísica. Ela estava divorciada da *verdadeira ciência*, pois suas teorias não seriam expressão fiel dos fatos. O uso destes termos revela a filiação positivista do médico, associando as idéias de Béchamp às de Auguste Comte.

Seria possível afirmar que essa tese poderia expressasse a opinião de alguns professores sobre a microbiologia na Faculdade de Medicina? É curioso que o autor tenha escolhido a matéria da recém-criada cadeira de bacteriologia justamente para atacar-lhe os princípios básicos. É verdade que toda tese da faculdade trazia o aviso de que ela não aprovava ou reprovava as opiniões das teses que lhe eram apresentadas. Mas o fato é que o candidato passava por uma banca que avaliava o trabalho e o referendava ou não. De qualquer modo, o autor manipulava com inteligência as dissensões dentro da bacteriologia para desacreditá-la e plantar a dúvida sobre seus produtos, os soros e as vacinas. Talvez essa habilidade e a simpatia da banca tenham garantido o título para Oliveira.

Este trabalho de doutoramento, contudo, não era a única evidência da penetração das idéias de Antoine Béchamp no Brasil. Elas também se fazem ver difusamente nos debates que encontramos nos jornais no ano da Revolta da Vacina, desencadeada, entre outras coisas, pela instituição do rígido regulamento da saúde pública elaborado por Oswaldo Cruz, diretor dos serviços de saúde da capital. Mas não era só isso: percebemos que havia uma significativa parcela de desconfiança entre médicos e população acerca dos meios de combate às doenças preconizados pela bacteriologia.

A Revolta da Vacina

Em 1904 a população se revoltou contra o projeto que tornava a vacinação antivariólica compulsória para todos os cidadãos. Ele foi aprovado em 31 de outubro de 1904 pelo Congresso Nacional. Esse ato das autoridades situa-se no contexto da forte intervenção oficial na vida da população, que teve como momento emblemático a destruição do cortiço "Cabeça de Porco" pelo prefeito

Pereira Passos, em 1893. O centro da cidade do Rio de Janeiro foi remodelado de modo a se parecer com as capitais européias, o que exigiu a demolição de habitações populares para dar lugar a grandes avenidas e bulevares.¹⁰

A instituição da obrigatoriedade da vacinação era mais um capítulo da conflituosa relação entre o governo e as camadas mais pobres da sociedade. O estopim da sublevação foi a divulgação pelos jornais da proposta de regulamentação daquele projeto, concebido por Oswaldo Cruz, que tornava a lei ainda mais severa. Para o Diretor Geral da Saúde Pública, a imposição da vacina obrigatória não significaria apenas a vitória contra a varíola, mas seria também a imposição dos seus pontos de vista sobre a saúde para toda a sociedade, ou dizendo de outra forma, a imposição de determinados valores ou visão de mundo relacionados com aquilo que Roberto Machado chamou de “medicalização da sociedade”. (Machado et al.1978: 155) Não tratarei aqui dos detalhes da revolta ou de suas causas, mas explorarei apenas o aspecto que me interessa, qual seja, a desavença entre os médicos sobre a efetividade da vacina.¹¹ Entretanto, creio que se pode adiantar uma das causas sobre o embate em torno da vacina: o conflito entre diferentes valores dos grupos sociais, como sugere Giere (1987).

A vacina variólica chegou ao Brasil em 1804, sendo de início bem recebida pela população local. Em 1811, por ordem de d. João VI, foi criada a Junta da Instituição Vacínica, e desde 1830 a vacinação tornou-se obrigatória ao menos para as crianças.¹² O foco principal da vacinação foram os escravos, que recebiam o profilático logo que desembarcavam. Com isso, conseguiu-se a diminuição da incidência da varíola entre os cativos.¹³ Mas, mesmo após essa boa recepção dada à prática da vacinação, o número de pessoas que compareciam voluntariamente para recebê-la caiu consideravelmente, indicando uma possível resistência ao método.¹⁴

¹⁰ Essa reforma foi legitimada, entre outras, pela questão da higiene - que justificava a abertura de largas avenidas e a destruição de antigos casarões e habitações populares. Nesse momento, a higiene ganhou grande força na administração das cidades. Sobre isso ver PECHMAN e FRITSCH (1984). Para descrição detalhada da demolição do “Cabeça de Porco” ver CHALHOUB (1996). Sobre as reformas urbanas no Rio de Janeiro ver também BENCHIMOL (1992).

¹¹ Há qualificada bibliografia que trata da Revolta da Vacina: CARVALHO (1987), SEVCENKO (1993), CHALHOUB (1996) e PEREIRA (2002).

¹² A técnica de variolização teria sido aprendida em Lisboa, depois do envio de algumas crianças escravas para teste por Felisberto Caldeira Brant. (CHALHOUB, 1996: 107)

¹³ Entretanto, com a extinção do tráfico, a vacinação dos escravos foi diminuindo gradativamente. (CHALHOUB, 1996: 110)

¹⁴ Tomando como base dois períodos de cinco anos (o primeiro entre 1818 e 1822 e o segundo entre 1846 e 1850), CHALHOUB mostra que o número de vacinados por mil habitantes caiu de 21,8 para 16,4. Também são significativas as porcentagens daqueles que não voltavam para observação após a vacina (58,24% no primeiro período e 46,2% no segundo). O retorno dos vacinados era fundamental para que se fosse constatada a eficácia do método e para a vacinação braço a braço, já que a inoculação dos próximos vacinados seria feita com o

No final do século XIX a população comparecia em pequeno número aos postos de vacinação, o que indica a pouca difusão dessa prática.

A revolta aconteceu em novembro de 1904, mas meses antes era possível encontrar nos jornais indícios de resistência às políticas de saúde pública preconizadas por Oswaldo Cruz. No final de fevereiro de 1904 foi aprovado o novo regulamento da higiene. A *Gazeta de Notícias*, que apoiava as iniciativas de Cruz, publicou um resumo do novo código:

“Há aí disposições minuciosas sobre a polícia sanitária, que visitará as casas particulares de três em três meses, e mensalmente as casas de habitação coletiva (casas de cômodos, pensões, hotéis, colégios etc.). As casas vagas não poderão ser alugadas sem que primeiro tenham sido desinfetadas e feitos os consertos indispensáveis à higiene, não sendo permitidos os porões com assoalhos de madeira. Há também disposições minuciosas referentes à profilaxia das moléstias infecciosas, estando consignadas medidas especiais, como a obrigatoriedade da notificação dessas moléstias, a qual, não sendo feita, acarretará penas severas não só para o medico assistente, como para o chefe da família ou o dono dos hotéis casas e pensões etc.; ou o enfermeiro, ou a pessoa encontrada junto ao enfermo”.¹⁵

O jornal *Correio da Manhã*, opositor do governo do presidente Rodrigues Alves, denunciava o que considerava as violências e arbitrariedades do recém aprovado código de higiene, por ele batizado de “Código das Torturas”. A aplicação dessa lei era chamada de “nova inquisição” ou de “Santo Ofício da Higiene”. O redator Gil Vidal assim avaliava as novas posturas:

“Realizaram-se as nossas previsões quanto aos regulamentos dos serviços sanitários a cargo da União. O que, sob seu nome, publicou ontem o *Diário Oficial*, compreende um verdadeiro código de torturas para a população desta cidade. Uma só preocupação dominou o diretor de higiene, a quem o governo entregou a elaboração do regulamento: munir-se de todas as armas para constranger, vexar o particular, e quebrar todas as resistências às suas investidas e dos seus subordinados contra a liberdade individual e o direito de propriedade. Multiplicaram-se os arrochos. Redobram-se as fintas. Criou-se um regime de intoleráveis rigores, perfeitamente escusados, porquanto, as próprias autoridades sanitárias, que elaboraram o

material das pústulas daqueles que já tinham recebido a linfa variólica. Naquele momento ainda não se utilizava a “cowpox”, material para vacinação extraído das pústulas de vacas contaminadas pela varíola bovina. CHALHOU, op. cit., pp. 112-114.

¹⁵ *Gazeta de Notícias*, 29/02/1904. Embora apoiasse as iniciativas de Cruz, a *Gazeta* admitia os excessos do regulamento. Em 21 de março, o jornal alertava para os exageros da lei, que poderiam gerar resistências e dificultar a sua aplicabilidade, tornado-a “letra morta”.

regulamento draconiano, têm obtido magníficos resultados, de que se ufanam, sem recorrer aos extremos com que se vai oprimir o povo desta capital e tornar ainda mais ingrata a sua vida".¹⁶

Pelo novo regulamento, os proprietários que não seguissem as prescrições da diretoria de higiene poderiam ter seus imóveis interditados, reformados ou mesmo demolidos, tendo que arcar com os custos destas operações. Não constava nesse código a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, ainda que o governo estivesse tomando medidas drásticas para deter o avanço da moléstia. Contra a febre amarela e a peste bubônica, cujos vetores das doenças foram identificados e combatidos (mosquitos e ratos), Oswaldo Cruz obteve apreciável êxito. Contudo, contra a varíola, as coisas não lhe saíram tão bem. Só a vacina, acreditava, conseguiria diminuir a incidência do mal. Era o que constatava o boletim de estatística demógrafo-sanitária, publicado pelo dr. Bulhões Carvalho e divulgado pela *Gazeta de Notícias*. Entre dezembro de 1903 e janeiro do ano seguinte as mortes por varíola aumentaram de 107 para 162, ainda que o número de notificações tenha baixado. Embora os casos de peste tenham diminuído sensivelmente, apenas cinco pessoas receberam a vacina contra essa doença.¹⁷

Ao noticiar em junho que a epidemia de varíola não cedia, a *Gazeta de Notícias* reconhecia que o único modo de impedir a sua propagação era através da vacinação obrigatória, disposição presente em países como a Alemanha.¹⁸ Foi por volta de julho que veio a público o debate que se desenrolava no Senado sobre o projeto apresentado por Manuel Duarte para tornar obrigatória a vacinação. Na imprensa, as opiniões estavam divididas. Jornais como a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e o *Jornal do Commercio* apoiavam a medida, enquanto o oposicionista *Correio da Manhã* se contrapunha ferozmente à proposta. Além das folhas diárias, o debate sobre a vacina teve lugar no Senado, onde o médico Barata Ribeiro, professor da Faculdade de Medicina, combatia a vacinação obrigatória. Na Câmara dos Deputados, o dr. Brício Filho engrossava as hostes contra a vacina, acompanhado por Barbosa Lima. Na tribuna da Câmara, Lima dizia que não podia

"(...) calar seu protesto contra essa mania que está invadindo os poderes públicos de transformar o povo brasileiro em *anima vili* [cobaia animal ou ser de pouco valor] das experiências claudicantes e incertas da pseudociência oficial, mandando aplicar coercitivamente à proporção que as novidades aparecem no mundo das titubeações bacteriológicas, na massa da população os processos que todos os dias se estão

¹⁶ *Correio da Manhã*, 11/03/1904.

¹⁷ *Gazeta de Notícias*, 10/03/1904.

¹⁸ *Gazeta de Notícias*, 23/06/1904.

inventando para experimentar as elucubrações e as fantasias daqueles gabinetes misteriosos, como as moças da nossa sociedade vão mudando os seus chapéus de acordo com as mudanças de modas nas vitrines da Casa Douvizey”.¹⁹

A fala do deputado mostra o quanto se desconfiava dos métodos preconizados pela bacteriologia. Fazia alusões às constantes polêmicas em que estavam envolvidos os médicos dessa especialidade, o que indicava que havia pouca certeza sobre a etiologia e profilaxia das doenças ditas microbianas. O grande medo era de que a vacina espalhasse a varíola.²⁰ Para Barbosa Lima, poder nenhum tinha a faculdade de obrigar um cidadão a confiar na eficiência da inoculação do “pus Jenneriano”. A charge a seguir, de Calixto Cordeiro, publicada na *Gazeta de Notícias*, evidenciava esse temor.



Charge de Calixto Cordeiro, *Gazeta de Notícias*, 31/07/1904.

¹⁹ *Correio da Manhã*, 1/07/1904.

²⁰ Aqui se revela uma dimensão da controvérsia científica que Nelkin chamou de “medo do risco”. Havia claramente o temor de que a vacina, cujos mecanismos de funcionamento eram pouco conhecidos, causasse danos à saúde. Adiante encontraremos a presença de outro componente das controvérsias apontadas pela autora. Trata-se da questão da liberdade individual, evocada pelos liberais e positivistas contra a vacina. Segundo eles, a escolha deveria ser do cidadão e nunca uma imposição do governo. A resposta das autoridades médicas, por seu lado, lembrava que a recusa à vacinação poderia colocar em risco toda a sociedade, pois um único indivíduo doente poderia causar uma epidemia. O ideal era que todos se vacinassem para evitar o perigo de contágio generalizado. Esse argumento remete ao que NELKIN chamou de oposição entre “direitos individuais versus metas sociais” (“individual rights X social goals”) (NELKIN, 1992).

As notícias de mortes supostamente provocadas pela vacinação começaram a aparecer e reforçar tal medo. Em 14 de julho Cypriana Maria Leonarda faleceu em sua residência, à rua da Alfândega. Seus braços apresentavam marcas de vacinação recente. Segundo seus parentes, ela teria sido forçada a se vacinar por um médico da Saúde Pública, que comparecera ao seu lar para uma visita sanitária. Dois dias depois caiu doente, com altíssima febre. Após alguns dias de agonia, expirou. Removida para o necrotério municipal, foi necropsiada pelo médico legista Cunha Cruz. De acordo com ele, a jovem sucumbiu em virtude de “septicemia gangrenal conseqüente à vacina”. A *Gazeta de Notícias* contava que a infeliz jovem apresentava os seios necrosados. O próprio Oswaldo Cruz compareceu ao necrotério para ver o cadáver.²¹

Algum tempo depois, o atestado do legista foi contestado pela Diretoria de Saúde, que não via a vacina como a causa da morte. Colocava-se em questão não só o laudo de Cunha Cruz, mas também sua reputação, pois ele seria contrário às “doutrinas” por ela pregadas, dizia o jornal. O *Correio da Manhã* saiu em defesa do legista, afirmando que o governo pretendia estabelecer um “monopólio científico” e ignorar opiniões que destoassem de suas versões oficiais. A reputação de Cunha Cruz teria sido envolvida numa “onda de lodo”, o que atingia toda a classe médica. O jornal perguntava:

“Depois disso, que valor podem ter os diplomas científicos da nossa Faculdade; que fé podem merecer os nossos médicos se o governo, por simples informações, é o primeiro a desautorizá-los, menosprezando-lhes os atestados?”²²

O próprio Cunha Cruz veio às páginas do *Correio* para se defender. Logo após ao título “Homicídio Higiênico” vinha a lacônica carta do médico, que dizia ter cumprido honradamente o seu dever, aguardando tranquilo e calmo o desenrolar dos acontecimentos.²³ Na Câmara o assunto repercutiu com força e o deputado Barbosa Lima encaminhou requerimento que exigia a publicação no *Diário Oficial* das informações prestadas por Cunha Cruz ao Ministro da Justiça para rebater a contestação de seu laudo sobre a morte da jovem Cypriana feita por Oswaldo Cruz. Na mesma sessão, o deputado acusava o governo de lhe pôr “secretas” da polícia nos calcanhares, certamente para intimidá-lo.²⁴

Outras mortes foram atribuídas às ações dos agentes da Diretoria de Saúde. Em 26 de julho aparecia o relato da morte de duas crianças. A primeira, de dois

²¹ *Gazeta de Notícias*, 16/07/1904.

²² *Correio da Manhã*, 24/07/1904.

²³ *Correio da Manhã*, 25/07/1904.

²⁴ *Correio da Manhã*, 26/07/1904.

anos, contraíra a varíola após a vacinação e a ela não resistira, falecendo no dia 23 daquele mês. Segundo o *Correio da Manhã*, os pais da menina só a vacinaram após terem sido aterrorizados pelo representante da Diretoria de Saúde. Para o articulista, a vacina inoculava não a salvação, mas o “vírus j Jenneriano”, que causava uma “morte cruel”.²⁵

Na manhã de 1º de agosto, Alfredo Ponce de Leon, comerciante português, levantou-se indisposto, mas, mesmo assim, foi ao trabalho. Piorou ao longo do dia e recolheu-se à sua casa com febre, dor de cabeça e dores pelo corpo. Na noite anterior, ele recebera amigos para um variado e abundante jantar. Chamado o médico, este teria diagnosticado apressadamente a peste. Como exigia o “Código de Torturas”, o médico fez o relato do caso à Diretoria de Saúde. Em 3 de agosto o pessoal da higiene “invadiu” a residência do comerciante e confirmou o diagnóstico inicial. Alfredo seria removido para o Hospital de Jurujuba, mas antes recebeu uma dose do soro antipestoso. Segundo o jornal, o doente, que se encontrava cheio de vida e em pleno juízo, transformou-se em um cadáver ao cabo de meia hora depois de apresentar horríveis calafrios. Os médicos da higiene queriam enterrar o corpo rapidamente, alegando o perigo de contágio. Mas quando o caixão chegou, constatou-se ser ele pequeno demais para comportar o avantajado morto. Assim, resolveu-se deixar o sepultamento para o dia seguinte. O que o jornal queria sugerir, embora não o dissesse explicitamente, era que os inspetores da saúde desejavam enterrar logo o defunto para evitar uma necropsia que atestasse que a morte foi causada pelo soro.²⁶

Mas não eram apenas às mortes atribuídas ao soro e à vacina que recorriam os contrários à vacinação. Também eram ventiladas as opiniões de cientistas estrangeiros, publicadas em periódicos científicos.²⁷ O *Correio da Manhã* publicou a tradução de um artigo que saiu na revista parisiense *La Quinzaine Therapeutique*. Nele se atribuía à vacina a possibilidade de disseminação do cancro, da sífilis, da tuberculose e de moléstias cutâneas, tais como os eczemas. O autor do texto, não identificado pelo jornal, referia-se às observações de médicos ingleses que encontraram na vacina “corpos” semelhantes aos parasitas do cancro. Diziam eles que não era absurdo afirmar que a disseminação do cancro se devia à popularização da vacina. A sífilis também entraria no rol de males disseminados

²⁵ *Correio da Manhã*, 26/07/1904.

²⁶ *Correio da Manhã*, 1º/08/1904. Outra senhora faleceu, mas não em consequência da aplicação do soro. Os agentes da saúde a teriam descoberto no primeiro andar da casa e suspeitavam que ela também estivesse contaminada pela peste. Ante a perspectiva de receber o soro, ela teria sido acometida de um terrível pânico que a levou à morte.

²⁷ Em 25 de agosto o *Correio da Manhã* também publicou os pareceres do estadista John Bright, do naturalista Alfred Russel Wallace e da enfermeira Florence Nightingale, todos contrários ao uso da vacina.

por essa prática. Para tornar crível essa afirmação, o autor arrolava casos conhecidos, como o de uma criança vacinada na Inglaterra em 1902, que manifestara sintomas sífilíticos dias depois de ser inoculada. Meses depois, ela faleceu. A vacina que ela recebera era a obtida a partir de uma vitela inoculada com a varíola.²⁸

Em agosto se publicava a opinião do filósofo evolucionista Herbert Spencer (1820-1903). Para ele a vacinação era algo a ser evitado:

“Ousará por ventura alguém sustentar que a vacinação nenhum outro efeito produz que o de garantir o enfermo de uma certa e determinada moléstia? É impossível mudar a constituição física em relação a um agente invasor e deixá-la intacta respectivamente a todos os demais agentes invasores. E qual deverá ser a mudança? Há casos, é verdade de pessoas doentias, que após uma doença grave, qual a febre tifóide, tem gozado melhor saúde. Esses casos, porém, são anormais; pois, do contrário, uma pessoa saudável se tornaria ainda mais sadia após uma série de doenças. Daqui vem que, como uma constituição modificada pela vacina não se torna mais apta para resistir às influências perturbadoras em geral, deve tornar-se menos apta... A presunção de que a vacina muda a constituição relativamente a bexigas [varíola] e não a outras doenças é rematada loucura”.²⁹

A opinião do cientista inglês reforçava a idéia de que a vacina era inócua, além de perigosa, pela possibilidade de espalhar outras doenças, ou ainda, permitir a entrada no corpo de agentes patogênicos. Ainda que se aceitasse a teoria microbiana, não havia certeza de como estas doenças se propagavam.

Ao comentar no *Correio da Manhã* as obras da Avenida Central, que exigia grandes demolições, o cronista Gil Vidal apontava que elas se tornaram focos de infecção e disseminação das doenças epidêmicas. Para evitar isso, as ruas deveriam ser molhadas com água eletrolisada, o que não teria ocorrido. De acordo com ele, estava “cientificamente averiguado” que a “poeira homicida”, como ele a batizou, representava relevante papel na transmissão de moléstias infecciosas e contagiosas. O péssimo estado sanitário da cidade, em período do ano que as epidemias usualmente deixavam o carioca em paz, poderia ser atribuído às demolições e aos trabalhos de remodelação da cidade:

“Temos sido implacavelmente açoitados pela varíola. A gripe também tem feito muitos estragos. Outras muitas moléstias avultam nos quadros nosológicos nestes últimos meses. Pois bem: está cabalmente provado que a poeira é veículo dos germes

²⁸ *Correio da Manhã*, 30/07/1904.

²⁹ *Correio da Manhã*, 22/08/1904.

produtores de qualquer dessas moléstias, bem como da tuberculose; da febre tifóide, da pneumonia, da difteria, da variolóide; da coqueluche e muitas outras (...).³⁰

O que vemos aqui é a sobrevivência do cerne das teorias miasmáticas combinadas à teoria microbiana, indicando que ela ainda não se afirmara completamente, pois as formas de contágio e transmissão das chamadas moléstias microbianas ainda eram pouco conhecidas, o que certamente estimulava a descrença sobre a real existência dos “infinitamente pequenos”.³¹ Vidal citava o livro do médico francês Ivert, *L'Hygiène des rues*, para quem o movimento da terra gerava uma poeira carregada de bacilos que se disseminam na atmosfera. O botabixo de Pereira Passos estava derrubando casas que por muitos anos abrigaram doenças variadas. Seus agentes causadores estariam sendo liberados com as demolições e infectando a população. Poderia a vacinação combatê-los?

Vozes de médicos brasileiros também eram ouvidas entre os opositores da vacina, como a do conhecido dr. Vieira Souto. Para ele, não havia como garantir que a vacina produzisse sempre resultados benéficos, muito pelo contrário:

“Havendo, pois, na literatura médica fatos positivos (relatados por autoridades insuspeitas) da responsabilidade direta da vacina na evolução de certos estados mórbidos, ocorre logo aos espíritos imparciais que tal meio profilático não pode nem deve revestir o caráter compulsório, restando a cada um a faculdade de usá-lo se assim o entender. É o que aconselha o mais rudimentar bom senso”.³²

A ele, de maneira mais veemente, juntava-se o dr. Platão de Albuquerque. Se para Vieira Souto a vacina poderia ser facultativa, para Albuquerque deveria ser totalmente repudiada:

“Como duvidar das suas conseqüências fatais para o organismo, entre as quais se nota a tuberculose dos tecidos enfraquecidos, a cárie dos dentes, a inflamação do tecido conjuntivo, ocasionando a esclerose generalizada ou parcial etc, etc? Como não suspeitar-se ainda da freqüência da vacinação a causa da freqüência e do aparecimento de um sem número de moléstias — a arteriosclerose, o cancro, as

³⁰ *Correio da Manhã*, 08/09/1904. Em 10 de julho, Gil Vidal publicara um artigo alertando as autoridades sobre a necessidade de se molhar as ruas e canteiros de obras para impedir que a poeira contaminada se espalhasse sobre a cidade. Naquele momento, a cidade enfrentava problemas de abastecimento de água.

³¹ Segundo a teoria miasmática, as doenças ou infecções eram causadas por “miasmas mórbidos”, quer dizer, emanações provenientes de animais e vegetais em decomposição que contaminavam o ar.

³² *Correio da Manhã*, 03/09/1904.

lesões cardíacas etc? Haverá ainda quem quererá procurar para si ou para os entes amados a morte ou a ruína da saúde? Recusai a vacinação, como um dos maiores flagelos da humanidade”.³³

O dr. Soares Rodrigues sentenciava, referindo-se aos abusos dos funcionários da saúde e ao projeto de tornar compulsória a vacinação: “Porventura as verdades científicas precisam de decretos e baionetas para triunfar?”³⁴ Era o mesmo tipo de pergunta que faziam os médicos e positivistas que condenavam a perseguição aos curandeiros, iniciada nos últimos anos dos oitocentos. As considerações desses médicos revelam o quanto o conhecimento bacteriológico estava ainda aberto ao debate, mostrando um consenso bastante precário. Também deixa patente o quanto a população em geral, letrados ou iletrados, ricos ou pobres, ainda desconfiava da ciência oficial.

No Congresso Nacional, outros médicos questionavam a vacinação compulsória. Na Câmara, em 25 de agosto, o deputado Erico Coelho, professor e ex-diretor da Faculdade de Medicina, não duvidava da eficácia da vacina, mas ponderava que o governo não podia impô-la ao cidadão. Defendia as medidas de higienização das residências dos variolosos, mas assim se expressava quanto à vacinação:

“Que mal pode fazer ao vizinho esse homem são [não varioloso] que não acredita na imunidade pela linfa jenneriana, e se recusa submeter-se à sua inoculação? Compreende-se que possa ser punido o indivíduo que dissuadir um outro de submeter-se à vacinação contra a varíola, que esse indivíduo incorra numa contravenção, mas o homem são que se recusa à vacina, que delito cometeu?”³⁵

Na fala do médico-deputado aparecia a questão do cerceamento da liberdade individual, presente em vários discursos contra a lei da vacinação obrigatória. As considerações do dr. Coelho permitem entrever que a aceitação da vacinação obrigatória entre os médicos era bastante parcial, seja por defenderem a liberdade de escolha dos pacientes, seja por duvidarem da eficiência da vacina.

Em 1º de setembro o deputado Barbosa Lima apresentou uma emenda ao projeto de vacinação obrigatória, tornando-a facultativa a todo aquele que alegasse não acreditar na eficiência do meio profilático. É interessante perceber

³³ *Correio da Manhã*, 03/09/1904.

³⁴ *Correio da Manhã*, 03/09/1904.

³⁵ *Correio da Manhã*, 26/08/1904.

que a argumentação científica era insuficiente para convencer qualquer um dos lados e a aceitação da vacina se tornava uma questão de crença.³⁶

O deputado e médico Brício Filho, membro da comissão de saúde da Câmara, mesmo não sendo contrário à vacina, alertava, em um dos muitos artigos que publicou na imprensa, que ela não era uma “imunização infalível, não é um processo sempre acompanhado de excelentes resultados (...)”. Segundo ele, “o vacinado também adoece de varíola, raramente, é certo, em geral atacado brandamente, mas enferma, como provam as estatísticas, como demonstram os registros de óbito”.³⁷ Em outro artigo, o dr. Brício ponderava se a vacina, cercada de tantas dúvidas, poderia ser imposta à população:

“É hoje corrente que há infecções indiferentes umas para com as outras, há infecções que se combatem e outras que se favorecem. Apregoa-se ainda que, secretando os micróbios no organismo humano substâncias químicas, pode acontecer que o produto elaborado por um deles seja mais tóxico para as células do que para o outro micróbio, resultando nesse caso a exaltação da virulência do último. Se, porém, a matéria da elaboração for mais nociva no outro agente infectuoso do que aos elementos celulares, então o infinitamente pequeno ficará com a ação enfraquecida. (...) Na hipótese das modificações favoráveis de certas enfermidades diante da aplicação da matéria vacinante, aqueles que acreditam nesses efeitos explicam os fatos, dizendo que o micróbio da polpa vacínica prepara a toxina capaz de prejudicar os micróbios de algumas doenças. Daí os sinais de melhora ou restabelecimento. Do exposto é fácil inferir que, para chegar a um resultado, quer quanto ao poder imunizante, quer quanto à propriedade curativa, a vacina produz alterações na economia [do organismo], não raro bem acentuadas. Passando-se essas coisas assim no meio do sangue, na intimidade dos tecidos, é natural que às vezes seja profundo o choque. Em face de tal situação é permitido ao legislador decretar leis, obrigando alguém a transformar o seu organismo em laboratório para as evoluções das colônias microbianas?”³⁸

Essa era a opinião de um médico que reconhecia a importância da vacina como imunizante. Contudo, ele não deixava de aludir ao grau de imprecisão que

³⁶ Como ressalta MULKAY, percebemos que o convencimento dos envolvidos nas controvérsias desse período não dependia exclusivamente (e talvez nem principalmente) da razão. A capacidade retórica de cada um dos lados valia muito mais do que os resultados de experimentos conduzidos rigorosamente em laboratório. O fundamental seria fortalecer a própria posição e fragilizar a do adversário. Ver MULKAY (1985) Apud VELHO e VELHO (2002: 129).

³⁷ *Correio da Manhã*, 1º/11/1904.

³⁸ *Correio da Manhã*, 02/11/1904.

ainda cercava a produção e aferição desse meio profilático. Mas, apesar das indicações de que a vacina pudesse funcionar, como recomendar ao povo um método sobre o qual não se tinha certeza absoluta quanto aos seus mecanismos de funcionamento e efeitos indesejados? Quem se submeteria a ter o seu corpo inoculado com o agente causador de uma doença? Quem gostaria de ter esses micróbios, dizia Brício Filho, “bailando saltando, fazendo *meetings*, elaborando toxinas, lutando e infeccionando” seu organismo?

Os senadores e médicos Barata Ribeiro e Manuel Duarte debateram a vacinação obrigatória nas sessões de 12 e 13 de julho.³⁹ Duarte defendia a vacinação, que já praticara em Alagoas. Alegava que seus efeitos eram permanentes e seguros. Para Ribeiro, que defendia o isolamento dos doentes como melhor forma de deter o avanço da varíola, os resultados até podiam ser permanentes, mas não havia certeza sobre a sua segurança. O senador Duarte apresentava estatísticas e exemplos de países europeus, tais como França e Alemanha, que adotaram a vacinação e erradicaram a varíola. Ribeiro não se convencia, dizendo que os que eram contra a vacina poderiam provar o contrário reunindo também seus números: “As estatísticas só provam o que se quer provar”, afirmava ele.

O isolamento dos enfermos era insuficiente, no entender de Manuel Duarte, pois ao se retirar o doente não se extinguíam os focos de infecção. Outros indivíduos acometidos, mas em período de incubação (sem sintomas) permaneceriam no local disseminando a varíola. Ribeiro retrucava dizendo que o isolamento científico era um meio de defesa usado com proveito em São Paulo, diferente daquele que seu colega conhecia, comum na costa da África. O senador Joaquim Murinho interveio na discussão e indagou por que não seria bem sucedido o isolamento dos variolosos se se empregava o mesmo método para os amareletos? Prontamente Duarte esclareceu que o agente da transmissão da febre amarela era um mosquito, ao passo que a varíola poderia ser transmitida ao acaso, até pelo lenço que “ora o senador tinha na mão”. Ribeiro não deixou por menos e retrucou: “Aqui sempre houve mosquitos e nem sempre houve febre amarela”. E citou os exemplos de Nova Orleans e Campinas, onde a doença teria sido extinta sem o combate ao mosquito. Vemos que a “teoria havanesa”, que sustentava que o mosquito disseminava a doença, também não era um consenso entre médicos e autoridades.

Quanto o mecanismo de imunização conferido pela vacina, Barata Ribeiro argumentou que não se viu nunca ninguém curar a difteria pela injeção do líquido diftérico. Duarte respondeu que a vacina não era assim produzida, mas feita a

³⁹ A sessão foi publicada no jornal *O Paiz* em 8 de agosto de 1904.

partir do soro extraído do sangue de um animal imunizado contra a difteria. Ribeiro aduziu: “de um animal infeccionado”, frisando que a vacina era obtida a partir de um ser doente. Duarte concedeu que o animal era inoculado “com o germe com toda a virulência”, e o soro somente era extraído no momento em que essa virulência estivesse bastante atenuada e não mais pudesse o germe causar a doença, mas apenas os efeitos imunizantes. Segundo ele, o processo biológico que produzia a reação imune ainda não era conhecido, mas isso não impedia o uso do soro no combate ao mal. Barata Ribeiro contra-argumentou: “Não é exato. A ciência está se levantando inteiramente contra isso. Perdoe, V. Ex.; as vítimas da injeção soroterápica diftérica são em extraordinário número. V. Ex. está enganado”. O senador dava testemunho de conhecimento de muitos vacinados que não adquiriram imunidade. E o mesmo se passava com outros não vacinados que contraíram a doença e, tempos depois, a tiveram de novo, o que parecia contrariar a idéia de imunização conferida pela vacina.

Este debate enfatiza o medo existente de que as vacinas e soros pudessem espalhar doenças de origem animal, ou que, insabidos os seus mecanismos de funcionamento dentro do corpo, causassem a morte. Mesmo os que defendiam a vacinação não deixavam de admitir, quando pressionados, que não havia segurança sobre a eficiência da vacina e sobre quais efeitos ela poderia produzir. As experiências de Oswaldo Cruz nos primórdios de Manguinhos e o seu contato estreito com os outros médicos que praticavam a sorologia atestam a sua mobilização para que Manguinhos produzisse medicamentos confiáveis. Enquanto isso não era conseguido, as dúvidas entre os médicos perduravam.

Até este ponto podemos notar apenas de forma dispersa e não sistemática a presença das idéias de Antoine Béchamp. Havia uma oposição que se fundava em opiniões científicas e não-científicas as mais variadas. Contudo é dos positivistas que vai surgir a contestação ao pasteurianismo com base nas teorias pleomorfistas.⁴⁰ Desde o século anterior, os simpatizantes falavam de uma situação de “anarquia mental” presente na ciência médica do país, referindo-se às polêmicas levantadas pelas idéias da bacteriologia.⁴¹

⁴⁰ Em outubro de 1904 foi constituída a Liga Contra a Vacinação, liderada pelo militar e senador positivista Lauro Sodré. Participavam dela pessoas oriundas de várias classes sociais.

⁴¹ Em 1890 o dr. Joaquim Silvado publicou na revista *União Médica* uma série de artigos nos quais discorria sobre a liberdade de exercício da medicina e defendia o curandeirismo. Segundo ele, era prerrogativa da população escolher o método de cura que considerasse mais adequado. Também era contra a instituição da vacinação obrigatória, sobre a qual não haveria consenso entre os esculápios. Acusava ele a existência de um estado de “anarquia mental” que tornava impossível o consenso. Sem serem capazes de se imporem pela força de seu conhecimento recorriam à “força material das baionetas, das prisões e das multas”. *União Médica*, n. 4, abr. 1890, p. 125.

Entre março e abril de 1904, Agliberto Xavier, professor do Liceu de Artes e Ofícios, mantido pela Sociedade Propagadora das Belas-Artes, publicou uma série de artigos sobre a “Teoria Microbiana”.⁴² Os artigos, na verdade, transcreviam palestras pronunciadas em fevereiro de 1904 no Liceu.⁴³ Neles, o professor fazia a defesa explícita da teoria microzimiana de Béchamp. O seu objetivo era mostrar o “absurdo sobre o qual repousa toda a teoria parasitária de Pasteur intitulada teoria microbiana”.⁴⁴ Tal como o dr. Silvado, quase uma década e meia antes, ele detectava um estado de “anarquia mental” presente na sociedade:

“A anarquia começa com os cientistas, para os quais a ciência não é um meio, mas um fim, tornando-se uma espécie de metafísica em que nada é solidário e tal que cada um pode criar a sua, destruindo todo o trabalho de seus predecessores, e acaba com a massa popular que, vendo-se aluírem-se os alicerces de suas crenças, nada enxerga que as substitua-a”.⁴⁵

Seu alvo, além da teoria pasteuriana das doenças, era o “Código das Torturas” de Oswaldo Cruz. Sobre ele, Xavier dizia ser “o mais bárbaro atentado às mais nobres e mais sábias conquistas morais e políticas que caracterizam a dignidade na sociedade moderna”. Os artigos expõem em detalhes a teoria de Béchamp sobre as doenças, atribuindo-as a um desequilíbrio do próprio organismo (“o corpo é ativo para produzir a moléstia”). Se não houvesse a irrigação adequada dos tecidos por líquidos que trazem nutrientes para as chamadas microzimas (corpúsculos moleculares que atuavam como poderosos fermentos nos processos vitais), estas passam a se alimentar das células, causando sua decomposição.

As bactérias observadas ao microscópio pelos discípulos de Pasteur seriam, assim, alterações das microzimas, ou seja, *efeitos* e não *causas* do estado

⁴² Em 1856 a Sociedade Propagadora das Belas-Artes foi fundada pelo coronel Joaquim Bethencourt da Silva (1831 - 1911), professor da cadeira de arquitetura da Academia de Belas-Artes. Seu principal objetivo, como relata LUIZ ANTÔNIO CUNHA, era o de “fundar e conservar o Liceu de Artes e Ofícios, em que se proporcionasse a todos os indivíduos, nacionais e estrangeiros, o estudo de belas-artes e sua aplicação necessária aos ofícios e indústrias, explicando-se os princípios científicos em que ela se baseia.” A escola, que começou a funcionar em 1858, era mantida por doações dos sócios da Sociedade, mas também contava com significativos subsídios do governo. Luiz Antonio Cunha. *O ensino industrial- manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento*. Disponível em: [http://www.flacso.org/data/biblioteca/392.pdf] Acesso em abril de 2008.

⁴³ As palestras foram publicas em livro poucos anos mais tarde. O autor se declara admirador do médico Georges Audiffrent (1823-1909), discípulo de Auguste Comte e sistematizador das doutrinas do mestre sobre saúde e moléstia. Segundo Abelardo Barros, que continuou a defesa das idéias de Béchamp nos anos 1910 e 1920, Xavier teria mantido correspondência direta com Béchamp. (XAVIER, 1907)

⁴⁴ Jornal do Commercio, 04/02/1904.

⁴⁵ Jornal do Commercio, 04/02/1904.

patológico. Mas estas transformações das microzimas podem ter causas externas. É aqui que o autor faz uma interessante ligação entre a condição moral e doença. Diz ele que a harmonia visceral (de órgãos e tecidos) depende da harmonia cerebral:

Um abalo profundo e prolongado no cérebro, como este que caracteriza a transição revolucionária que atravessamos, determina o estado de eretismo [hiperexcitabilidade anormal de órgãos e tecidos] nervoso próprio das condições modernas; por seu turno, esse eretismo, transmitido ao corpo pelos nervos nutritivos, provoca um enfraquecimento e até a perversão da atividade nutritiva. Tal é a condição biológica dos organismos modernos criada pela situação moral em que nos achamos”.⁴⁶

Esta feita, pois, a ligação entre as idéias de Augusto Comte e a teoria de Béchamp. Os positivistas notoriamente se preocupavam com as perturbações da ordem social causadas pelo avanço da industrialização, da organização dos operários e da disseminação dos ideais socialistas. Mais especificamente, Xavier estava preocupado com a confusão de idéias reinante entre os cientistas, que travavam longas batalhas públicas em torno da etiologia das doenças epidêmicas. Este clima certamente teria contribuído para desassossegear a população e causar “desarmonia cerebral”. O código higiene, que aterrorizou a população, certamente teria coroadado esse processo, agravando o estado de “eretismo” e levando ao surgimento de epidemias. Com suas medidas bombásticas e desnecessárias, a repartição que cuidava da higiene pública era vista como um “poderoso meio de exploração do erário público e da bolsa particular”.

Ao contrário do que propunha a “metafísica” pasteuriana, o tratamento das doenças segundo Béchamp “consistia em restituir o organismo às suas funções normais, o que naturalmente obriga as referidas bactérias a voltar a seu estado primitivo”, isto é, de microzimas mórbidos a microzimas saudáveis.⁴⁷ Sobre a vacina, a avaliação é taxativa: é uma “aberração terapêutica”.⁴⁸ A vacina contra a raiva, um dos grandes feitos de Pasteur, era reputada como uma rematada farsa, já que a doença não tinha origem parasitária. A doença resultaria

⁴⁶ Jornal do Commercio, 04/02/1904. Hoje diríamos que o “estresse” da vida moderna causa um enfraquecimento das defesas imunológicas e permite a ocorrência de várias doenças.

⁴⁷ Jornal do Commercio, 10/02/1904

⁴⁸ Sobre a raiva e a medicação preventiva de Pasteur, AGLIBERTO XAVIER realizou uma quinta conferência em 10/04/1904 que permaneceu inédita e só foi publicada em seu livro de 1907.

“(...) de um estado anômalo do instinto destruidor, conseqüente da ação que sobre ele exerce o instinto sexual, mais energicamente influenciado por circunstâncias externas e até pelo próprio estado visceral”. (XAVIER, 1907: 146)

Essa tese era corroborada pelas observações de Comte sobre os cadáveres de soldados que apresentavam ereções após batalhas e pelos estudos de François Magendie (1783-1855), um dos precursores da medicina experimental, sobre o cio dos camelos, que nesse período exibiam os mesmos sintomas da raiva. A vacinação era, portanto, inócua e potencialmente perigosa. O que se introduzia no corpo dos vacinados seriam as microzimas transformadas, que, ao alterar o equilíbrio interno do organismo, podiam causar doenças variadas sem provocar a imunização.

Para reforçar suas afirmações, Xavier citava inúmeros casos de mortes relatados na Europa. A revista inglesa *The Zoophilist and Animal's Defender* trazia em seu número de 1º de março de 1905 uma relação das mortes causadas pela vacinação pasteuriana, com nomes, endereços e datas da inoculação e do óbito. Seriam 2.209 casos fatais entre 07 de julho 1885 e 1º de janeiro de 1905. (Xavier, 1907: 147)

Segundo Xavier, as verdadeiras moléstias parasitárias seriam as tênia e vermes intestinais, além da sarna e da “tinha favosa das crianças escrofulosas”. Estas doenças não criam imunidade, pelo contrário, reincidem e tornam o organismo mais apto a adquiri-las. A hipótese da vacina preventiva e do soro curativo não se sustentaria de nenhuma maneira, pois injetados em um indivíduo saudável poderiam causar doenças em vez de preveni-las (vacina) ou agravar o desequilíbrio corporal e levar à morte aquele já enfermo (soros). Assim o professor resumia o que era a medicina baseada nas idéias de Pasteur:

“Cumpro observar que a terapêutica dos seruns [soros] irracionalmente deduzida da teoria micróbio-parasitária é uma das manifestações da metafísica democrática no domínio científico. De fato, segundo o espírito da medicina microbiana, não há mais necessidade de talento teórico, aptidão prática, longa observação, erudição médico-biológica, nem mesmo para instituir meios novos de terapêutica. Tudo se resume em injetar em animais o líquido que se supõe conter o vírus e passá-lo do animal para o homem!” (XAVIER, 1907: 141)

Considerações finais

Ao longo deste artigo minha intenção foi indicar a possibilidade da resistência à vacina nos primeiros anos do século XX, sobretudo entre os médicos, estar relacionada à divulgação das idéias de Antoine Béchamp, opositor de Louis

Pasteur que negava a teoria microbiana das doenças. Entre os mais entusiasmados tais idéias estavam os positivistas, notórios opositores da vacinação. Aqui apresentamos apenas alguns indícios dessa afinidade entre Comte e Béchamp, pois essa é uma investigação a ser ainda melhor desenvolvida. Mesmo assim, considero difícil de negar o parentesco entre algumas críticas dirigidas à vacinação e a teoria do microzima. Cumpre notar que a vacinação obrigatória só voltaria a ser discutida em 1920, por ocasião da discussão sobre o novo regulamento da saúde pública, conduzida pelo médico Carlos Chagas (PEREIRA, 2002).

Um ano antes o jornal *A Noite* publicava um artigo intitulado “É preciso vacinar”.⁴⁹ Alarmado com uma possível epidemia de varíola, da qual pipocavam alguns casos, o periódico consultou as autoridades sanitárias. O dr. Teófilo Torres, o então Diretor de Saúde Pública, buscava tranquilizar a todos, dizendo que a vacinação havia sido intensificada, embora sua obrigatoriedade não tivesse sido regulamentada. Apenas os estrangeiros que aqui desembarcavam recebiam o profilático.

No ano seguinte foi aprovado o novo regulamento da saúde pública. O mesmo jornal lamentava a supressão do texto final dos artigos que tornavam possível a vacinação obrigatória. Um deles era o que exigia que pais e tutores vacinassem as suas crianças, sob pena de multa para os que não o fizessem. Embora o princípio da obrigatoriedade da vacina não estivesse totalmente anulado, comentava o artigo, ficavam bastante “atenuados os meios de que a Saúde Pública pode lançar mão para conseguir esse resultado”.⁵⁰

Vemos que a resistência a vacina manteve-se nos anos seguintes, assim como a ferrenha oposição dos positivistas. Significativos são os panfletos e opúsculos divulgados pela Igreja Positivista do Brasil ao longo das décadas de 1910 e 1920 condenando a vacinação e a “ditadura dos médicos”. Seu principal líder, Raimundo Teixeira Mendes (1885-1927), assinou alguns deles, tais como *A política republicana e a tirania vacinista* (1908), *Ainda a vacinação obrigatória* (1908) e *Em defesa da sociedade, e especialmente em defesa do culto aos mortos, contra o despotismo sanitário* (1908).⁵¹

As idéias de Béchamp ainda circulavam na década de 1930, divulgadas pelo médico Abelardo Alves de Barros, a quem me referi no começo deste artigo. Médico, farmacêutico, bacharel em ciências jurídicas e sociais, o dr. Barros era um apaixonado advogado da teoria microzimiana, que defendeu em sua tese doutoramento, apresentada em 27 de março de 1931 à Faculdade de Medicina do

⁴⁹ *A Noite*, 15/04/1919.

⁵⁰ *A Noite*, 16/09/1920.

⁵¹ Estes opúsculos podem ser encontrados no Arquivo Edgard Leunroth da Unicamp. Alguns deles foram publicados em 1908 na seção ineditorial do *Jornal do Commercio*.

Rio de Janeiro (Barros, 1931). Em 1936 saiu seu opúsculo no qual ele tornava públicas suas idéias e dissensões com a “ciência oficial” (Barros, 1936). O livrinho trazia a polêmica de Barros com a Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, que lhe havia proibido de ministrar um curso de extensão, dado em anos anteriores, sobre a teoria microzimiana de Béchamp. Segundo relato de Barros sobre a reunião do Conselho Universitário que discutiu o veto, o professor Gastão Gomes teria saído em sua defesa, mas Leonel Gonzaga e Maurício de Medeiros asseguraram que a universidade não poderia “endossar tais doutrinas”. Furioso, Barros dizia que aqueles médicos não poderiam nem endossar as teorias pasteurianas, que sequer conheciam, e que não passavam de “acadêmicos pedantocratas” (Barros, 1936: 4)

No *Jornal do Commercio* lançou um desafio aos professores Rocha Vaz, relator do parecer do Conselho, e Fernando Magalhães, que nele teria colaborado. Segundo Barros, Rocha Vaz só se tornou professor da faculdade graças ao apadrinhamento de Arthur Bernardes, presidente da República entre 1922 e 1926. Ele teria apresentado no concurso um trabalho que “já havia sido publicado por outro na França”. Fernando Magalhães, que era classificado como “notável em cesarianas e aqui representante oficioso da Escola de Paris”, não aprovara o curso sobre Béchamp porque Barros teria demonstrado “os erros da ciência médica e oficial (...)”. Ele acusava Magalhães de desconhecer tanto a doutrina pasteuriana quanto a microzimiana. Os dois seriam os representantes daquilo que Barros chamou de “charlatanismo diplomado”. E os convocou para um encontro público, onde seriam debatidas as teorias de Pasteur e de Béchamp.⁵²

Pode-se pensar que o dr. Barros era uma voz isolada, um excêntrico que divulgava extravagâncias. Entretanto, o professor de anatomia patológica, Raul Leitão da Cunha⁵³ o convidou para expor a teoria microzimiana quando desejasse, o que foi feito por meio da cadeira de Bruno Lobo, titular de microbiologia, que o chamou para ministrar aulas no terceiro ano do curso de medicina.⁵⁴ Barros também já havia apresentado as teses de Béchamp no Primeiro Congresso Médico Sindicalista, juntamente com uma proposta de reforma do ensino médico. Segundo essa proposta, o curso de medicina deveria ter apenas quatro disciplinas básicas: anatomia, fisiologia, terapêutica e química. Sobre a microbiologia, ele assim se expressava: “A microbiologia reduz-se à meia dúzia de noções teóricas, já estudadas em Biologia, no

⁵² *Jornal do Commercio*, 18/06/1933. Não encontrei a resposta dos médicos citados. É provável que não tenham respondido ao desafio de BARROS e o debate nunca tenha sido realizado.

⁵³ RAUL LEITÃO DA CUNHA foi diretor da Faculdade de Medicina em 1932.

⁵⁴ Em 1911 a cadeira de bacteriologia transformou-se na cadeira de microbiologia. As informações sobre os cursos ministrados na Faculdade de Medicina constam do artigo que BARROS publicou no *Jornal do Commercio*.

mais trabalhadas em laboratório, feitos com empirismo inacreditável” (Barros, 1936: 26).⁵⁵

Por fim, gostaria de indicar como as premissas da microbiologia, que estavam dentro do movimento maior chamado de “medicina experimental”, penetraram lentamente no imaginário da classe médica, sendo alvo de todo o tipo de dúvidas e contestações. Embora se falasse genericamente em “método experimental”, freqüentemente os bacteriologistas arrogavam para si a representação legítima desse método. Essa dificuldade manifestou-se numa conferência pronunciada em 1930 pelo dr. Clementino Fraga (1880-1971), na Academia Fluminense de Letras, e publicada na *Revista Syniátrica* em 1931.⁵⁶ Nela, ele se refere à controvérsia entre as idéias de Pasteur e Béchamp:

“Por ventura as aquisições da era da experimentação representavam a verdade científica? Hoje, melhor instruídos pela biologia de certos germes, sérias reservas vão solapando o que parecia ter força de um dogma em ciência experimental. Poucos são os germes realmente específicos, de referência tal ou qual moléstia. Ou varia o micróbio, ou muda de forma a doença que ele produz. A audácia da controvérsia, argumentando com a experimentação, já chegou (...) a supor que os germes são o efeito e não a causa da moléstia. (...) Pode haver razão mais forte para o ceticismo em medicina? É a experimentação contra a experimentação, legitimando a dúvida, aguardando a nova ordem”.⁵⁷

⁵⁵ Não consegui apurar quando foi realizado esse congresso. Encontrei apenas referência ao Segundo Congresso Médico Sindicalista, realizado em Porto Alegre de 27 de junho a 4 de julho de 1933. Ele foi patrocinado pelo Sindicato Médico Brasileiro. O *Jornal do Commercio* de 28/06/1933 noticiou a instalação dos trabalhos.

⁵⁶ Clementino Fraga foi inspetor sanitário da Diretoria Geral de Saúde Pública em 1906 e trabalhou na campanha de erradicação da febre amarela. Ocupou a cadeira de professor de clínica médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na década de 1920 e chegou a Diretor da Saúde Pública em 1926. A biografia de Fraga pode ser encontrada na Biblioteca Virtual Carlos Chagas: <http://www4.prossiga.br/chagas/traj/links/textos/clementino.html>. [Acesso em março de 2007]

⁵⁷ *Revista Syniátrica*, mar.-abr. 1931 apud BARROS, 1936: 35-36. A *Revista Syniátrica* (do grego “syn”=conjunto, reunião, e “iátricos”=que diz respeito à medicina) tratava de temas de medicina, farmácia e ciências naturais. Foi fundada por Orlando Rangel (1868-1934), proprietário do Laboratório Rangel S. A., que editava e sediava a redação do periódico. Os redatores eram o dr. Alfredo Nascimento e João Francisco de Souza. Nascimento polemizou em 1900 com Lacerda sobre o bolor que supostamente abrigaria o bacilo icteróide de Sanarelli, causador da febre amarela.

Referências

- ANJOS, A. *Eu e outros poemas*. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- BARROS, A.A. *Considerações sobre a hipótese de Kircher e Repaisl, conhecida por doutrina microbista de Pasteur, e sobre a teoria positiva do microzima de Antoine Béchamp. Contraste entre o caráter parasitário do micróbio de Pasteur e a evolução do microzima de Béchamp*. Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 27/03/1931.
- _____. *Estudo crítico do opúsculo do professor Rocha Vaz sobre o ensino médico*. Rio de Janeiro: Papelaria São José, 1936.
- BENCHIMOL, J.L. *Febre amarela, a doença e a vacina: uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.
- _____. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, ed. UFRJ, 1999.
- _____. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
- CARRETA, J.A. *"O Micróbio é o Inimigo": debates sobre a microbiologia no Brasil (1885-1904)*. Campinas, Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- CARVALHO, J.M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ENGELHARDT JR, H. T. and CAPLAN, A.L. *Scientific Controversies: Case Studies in The Resolution and Closure of Disputes in Science and Technology*. New York: Cambridge University Press, 1987.
- NELKIN, D. *Controversy: politics of technical decision*. Newbury Park: Sage/Focus, 1992.
- OLIVEIRA, A.E. *Micróbios e Microbiologistas* (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio e Rodrigues & C., 1903.
- PECHMAN, S. e FRITSCH, L. A Reforma Urbana e o seu Averso, *Revista Brasileira de História*, vol. 5, número 8/9, São Paulo, 1984.
- PEREIRA, L.A. M. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- RIVERA, R. e MARTINS, R.A. Os estudos de Pasteur sobre os bichos da seda e a gênese da teoria microbiana das doenças, *Perspicillum*, vol. 9, n. 1, nov. 1995, pp. 113-175.

VELHO, L. e VELHO, P. A controvérsia sobre o uso de alimentação *alternativa* no combate à subnutrição no Brasil. *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, vol. 9(1): 125-57, jan.-abr. 2002.

XAVIER, A. *Da Fermentação - Theoria microbiana*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard, 1907.

